

BOLETIM MANIFESTO



Manifesto Cidadão
Unidos na diferença, somos Moçambique

DESCENTRALIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: AUTONOMIA REAL OU CONTROLO CENTRAL DISFARÇADO?



“O processo de eleição dos governadores da província não foi natural. Foi um processo para resolver um problema político.”
Albano Macie

Página. 3 e 4

“A autonomia na dependência não dá resultados. Só poderemos fazer ao nível do nosso território aquilo que o centro nos entregar.”
Ana Nhampule

“A Assembleia da República concede com a mão direita uma série de prerrogativas aos órgãos descentralizados, mas a mão esquerda do Executivo esvazia esses poderes.” Manuel de Araújo

PODERES PRESIDENCIAIS EM MOÇAMBIQUE: EXCESSIVOS OU NÃO?

Num momento em que o país enfrenta inúmeros desafios, a Iniciativa Manifesto Cidadão promoveu a primeira edição virtual do espaço Terreno Comum, com o tema: “Poderes Presidenciais em Moçambique: Excessivos ou Não?”. O debate, realizado virtualmente, reuniu cerca de 80 participantes e teve como oradores Tomás Vieira Mário e Gabriel Muthisse, sob moderação do académico Elísio Macamo.

Página. 4 e 5

MOMA: BENEFÍCIOS DOS RECURSOS MINERAIS AINDA LONGE DAS COMUNIDADES LOCAIS

Apesar de possuir uma das maiores reservas de areias pesadas do mundo, o distrito de Moma, na província de Nampula, continua a enfrentar problemas estruturais graves. Desde 2007, a Kenmare Resources PLC explora, naquele distrito, o maior depósito de minerais de titânio do mundo. Por sua vez, a empresa chinesa Haiyu Mining também opera na região desde 2011. No entanto, os benefícios da exploração ainda não chegaram às comunidades locais.

Página. 06

Manifesto Cidadão: quem somos?

O “Manifesto Cidadão” é uma iniciativa de um grupo de cidadãos preocupados com o rumo do país, unidos pelo ideal de independência e comprometidos com a paz, desenvolvimento e justiça. Realizamos encontros com actores políticos e cidadãos em geral para promover um diálogo, o mais amplo possível, sobre a construção de um Estado sólido e resiliente... *Página. 2*

Editorial

O Manifesto Cidadão Quem somos?

O “Manifesto Cidadão” é uma iniciativa de um grupo de cidadãos preocupados com o rumo do país, unidos pelo ideal de independência e comprometidos com a paz, desenvolvimento e justiça. Realizamos encontros com actores políticos e cidadãos em geral para promover um diálogo, o mais amplo possível, sobre a construção de um Estado sólido e resiliente, e no qual seja seguro exercer direitos de cidadania. A iniciativa foi oficialmente lançada no dia 3 de Junho passado, na cidade de Nampula, devendo culminar com a realização de uma Conferência Nacional, no último trimestre do presente ano.

O processo de promoção deste amplo diálogo nacional, em torno de um largo catálogo de questões de fundo, de construção do nosso Estado, é realizado através de ferramentas metodológicas, concebidas para garantir maior inclusão possível de cidadãos, desde a mais recóndita localidade, até aos grandes centros urbanos.

A metodologia inclui as seguintes ferramentas: “Oficina de ideias”, em que cidadãos de diferentes estratos e posições sociais abordam um tema do Manifesto Cidadão, com o envolvimento de especialistas que ajudem a aprofundar as reflexões aí partilhadas”; “Terreno Comum”, onde se promovem debates sobre temas controversos, visando encontrar-se pontos de união, apesar das diferenças; “Conselho Cidadão” e “Café Cidadão”, destinado a promover interação entre cidadãos por um lado, e entre eles e entidades com responsabilidades politico-administrativas, titulares de deveres perante aqueles.

Através destas ferramentas, o Manifesto Cidadão tem estado a dinamizar debates em diferentes formatos, e pelo país fora, cujos resultados vão constituir a principal base dos temas a serem arrolados para a Conferência Nacional.

Nesse âmbito, o presente boletim informativo pretende partilhar com o grande público, periodicamente, algumas informações atinentes aos resultados deste movimento, no seu percurso rumo à Conferência Nacional. Nesta sua primeira edição, o boletim reúne resumos informativos das principais incidências de Conselhos e Cafés Cidadão, Oficinas de Ideias realizados, durante de o mês de Julho, em Lichinga, Moma e Angoche, nas províncias do Niassa e Nampula, e Terrenos Comuns presenciais e virtuais.

MANIFESTO CIDADÃO REFORÇA PRESENÇA NO NORTE COM APRESENTAÇÃO EM LICHINGA



Clara Armando- Representante do Manifesto Cidadão

Nelsa Mahumane- Membro do secretariado do Manifesto Cidadão

A iniciativa Manifesto Cidadão foi oficialmente apresentada na cidade de Lichinga, província de Niassa, em Julho, durante uma cerimónia realizada nas instalações da Universidade Católica de Moçambique. Este acto sucede ao lançamento inaugural ocorrido em Junho, na província de Nampula, assinalando a expansão do movimento na região norte do país.

Clara Armando, em representação do Manifesto Cidadão, destacou que o propósito central da iniciativa reside na criação de mecanismos participativos destinados ao fortalecimento da cidadania e à renovação do sistema político moçambicano. Para tal, o movimento estrutura-se em

torno de quatro instrumentos fundamentais: o Conselho e Café Cidadão, as Oficinas de Ideias e o Terreno Comum.

Durante o encontro, Nelsa Mahumane, membro do Secretariado Executivo do Manifesto enfatizou a relevância da participação activa dos presentes, sublinhando que as contribuições recolhidas serão essenciais para

a elaboração de propostas a serem apresentadas na Conferência Nacional.

Em Niassa, a iniciativa incidiu particularmente sobre os distritos de Nipepe e Mandimba, onde foram identificados os principais desafios que afectam as comunidades locais, com especial destaque para a carência de serviços públicos de qualidade,

considerados essenciais para o bem-estar da população.

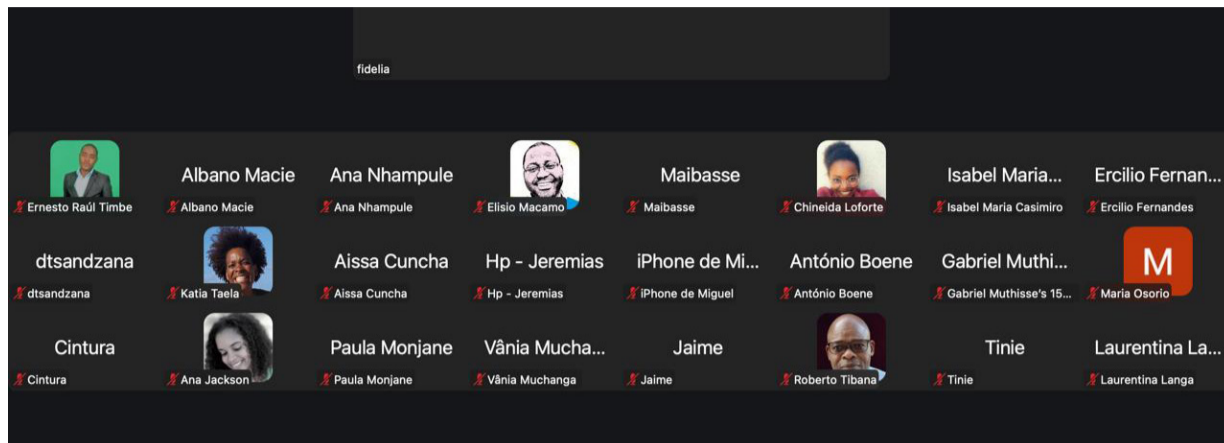
O evento contou com a presença de membros da sociedade civil, académicos, estudantes e investigadores, reforçando o carácter inclusivo do Manifesto Cidadão, que visa promover o envolvimento directo da população na abordagem dos desafios e soluções para os problemas do país.

DESCENTRALIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: AUTONOMIA REAL OU CONTROLO CENTRAL DISFARÇADO?

A descentralização em Moçambique tem sido, desde os anos 1990, apresentada como uma das principais reformas políticas destinadas a aproximar o poder dos cidadãos e a promover uma governação mais eficaz, democrática e inclusiva. No entanto, à medida que o país avança na sua trajectória constitucional e administrativa, persistem dúvidas sobre a autenticidade e profundidade deste

processo. Foi neste contexto que decorreu a segunda edição do Terreno Comum, no dia 6 de Agosto de 2025.

O encontro reuniu académicos, políticos e cidadãos para debater o estado actual da descentralização em Moçambique. O tema central foi: “Descentralização em Moçambique: Autonomia Real ou Controlo Central Disfarçado?”



Um Espaço para o Pensamento Plural

Moderado por Fidélia Chemane, membro do Manifesto Cidadão, o encontro foi marcado por um debate respeitoso e inclusivo, focado

nos desafios e oportunidades da descentralização no país. “Queremos pensar um Moçambique de todos e para todos”, afirmou Fidélia, sub-

linhando a importância de construir consensos mínimos para uma convivência democrática. A sessão contou com a participação

da Professora Ana Nhampule, do Dr. Manuel de Araújo e do Dr. Albano Macie, cujas intervenções ofereceram uma leitura abrangente

e crítica sobre o processo de descentralização, desde a sua génese até à sua implementação actual.

A Constituição e a Prática: Um Descompasso Persistente

A Constituição da República de Moçambique consagra a descentralização como um dos pilares fundamentais da organização do Estado. O Artigo 8.º estabelece que o país é um Estado unitário, orientado pelos princípios da descentralização e da subsidiariedade, e compromete-se a respeitar a autonomia dos órgãos de governação descentralizada provincial, distrital e das autarquias locais. Mais adiante, o Artigo 270.º define os objectivos da descentralização, que incluem:

- A organização da participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comuni-

dade;

- A promoção do desenvolvimento local;
- Aprofundamento e consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado moçambicano. Contudo, como salientou a Professora Ana Nhampule, existe um descompasso entre este enquadramento constitucional e a realidade vivida nas províncias e autarquias.

“Na minha opinião, sim, a descentralização devolve poder aos cidadãos naquilo que é a sua essência. No entanto, alguns desafios como a cultura de governação centralizada,

a desconfiança técnica e o desafio fiscal reduzem significativamente essa intenção.”

O Artigo 272.º reconhece a autonomia administrativa, financeira e patrimonial dos órgãos descentralizados, mas essa autonomia é frequentemente limitada pela dependência do Orçamento do Estado e pela ausência de mecanismos eficazes de arrecadação de receitas próprias.

Além disso, o Artigo 274.º impõe limites à descentralização, reafirmando a unidade nacional, a so-

berania e a indivisibilidade do Estado. Este artigo também estabelece que funções de soberania, defesa, segurança pública, política fiscal e diplomacia permanecem sob responsabilidade exclusiva dos órgãos centrais.

A figura do Secretário de Estado na Província, introduzida pela revisão constitucional, é outro ponto de tensão. Segundo o Artigo 271.º, esta figura representa o Governo Central ao nível provincial, supervisionando os serviços de representação do Estado. Na prática, como observou Nhampule, esta estrutura cria uma

sobreposição de competências com os governadores provinciais eleitos, enfraquecendo a sua autoridade e autonomia.

Este descompasso entre a letra da Constituição e a prática administrativa levanta questões sobre a eficácia da descentralização como instrumento de democratização e desenvolvimento local. O debate no Terreno Comum revelou que, apesar dos avanços jurídicos, a implementação continua a enfrentar resistências políticas, limitações técnicas e desafios estruturais que comprometem os seus objectivos constitucionais.

Avanços Legislativos e Retrocessos Administrativos

Manuel de Araújo, edil de Quelimane, traçou uma periodização histórica da descentralização, desde o modelo colonial até às reformas pós-independência. Denunciou o que chamou de “marcha hesitante”, marcada por avanços legislativos seguidos de retrocessos administrativos.

“A Assembleia da República concede com a mão direita uma série de prerrogativas aos órgãos descentralizados, mas

a mão esquerda do Executivo esvazia esses poderes”, afirmou, apontando para uma duplicação de funções e conflitos entre governadores e secretários de Estado.

Araújo alertou ainda para o risco de esvaziamento da autonomia local, especialmente no contexto das reformas legislativas de 2018, que alteraram o modelo de eleição dos presidentes municipais, tornando-os dependentes das assembleias e dos partidos políticos.



Manuel de Araújo - Edil de Quelimane

Uma Descentralização Nascida da Crise

O jurista Albano Macie ofereceu uma análise crítica do modelo moçambicano, sublinhando que a descentralização não surgiu como parte de um processo natural de consolidação do Estado, mas como resposta a crises político-militares.

“O processo de eleição dos gov-

ernadores da província não foi um processo natural. Foi um processo para resolver um problema político. Hoje, precisamos de reflectir com frieza sobre o modelo que queremos para o país”, defendeu.

Macie propôs que se repense o nível territorial da descentral-

ização, sugerindo que o distrito, e não a província, poderia ser o espaço mais adequado para uma governação descentralizada eficaz. “A descentralização deve ser funcional, não apenas simbólica”, afirmou.



Albano Macie - Jurista

Participação Cidadã e Reforma Fiscal: O Caminho em Frente

Durante o debate, participantes do público virtual levantaram preocupações sobre a falta de recursos nas autarquias, a ausência de mecanismos eficazes de participação comunitária e a necessidade de reformas fiscais que permitam às entidades locais gerar receitas próprias.

A Professora Nhampule reforçou:

“A autonomia na dependência não dá resultados. Só poderemos fazer ao nível do nosso território aquilo que o centro nos entregar.” Manuel de Araújo acrescentou que a ausência de um pacote tributário robusto limita o exercício das competências locais, tornando os órgãos descentralizados reféns da transferência de recursos por parte do governo central.



Ana Nhampule, Professora Universitária

Vozes da Plateia: Críticas e Propostas

A sessão foi enriquecida por intervenções de cidadãos e especialistas que participaram activamente através do chat:

•Augusta Almeida e Isabel Casimiro alertaram para o uso estratégico do princípio do grad-

ualismo como forma de atrasar o processo de descentralização.

•Elton Elias Comé destacou que a descentralização resulta de acordos políticos e não de uma análise realista das necessidades locais, correndo o risco de se

procurar soluções técnicas para um problema essencialmente político.

•Alfredo Neto foi incisivo: “Nunca houve uma vontade genuína de descentralizar.”

•Maria Osório questionou a revisão constitucional de 2018 e as leis nº 6 e 7, que, segundo ela, acentuam o poder dos partidos ao retirar autonomia aos presidentes municipais.

•Nelson Charifo propôs reforçar a capacidade das autarquias para gerar receitas próprias, sem sobrecarregar os municípios, e criticou a alocação excessiva de recursos para funcionamento em detrimento do investimento.

•Benilde Nhalivilo sugeriu aprofundar a relação entre descentralização, desconcentração e o actual diálogo político.

•Stiven Ferrão trouxe um ex-

emplo concreto: a falta de envolvimento das comunidades na gestão de receitas provenientes de projectos locais, contrariando o espírito da descentralização.

•Guilhermina Zucula levantou dúvidas sobre a sobreposição de funções nas zonas rurais, onde coexistem administradores, chefes de posto e de localidade, todos custeados pelo Estado.

•Sérgio Fernando considerou que a descentralização tem servido como mecanismo de acomodação política, sem impacto real no desenvolvimento local.

Um Caminho Necessário, Mas Incompleto

Apesar das críticas, os painelistas convergiram na ideia de que a descentralização é um caminho necessário para a construção de um Estado democrático e inclusivo. A sua consolidação exige coragem política, reformas legais, capacitação técnica e uma mudança de mentalidade tanto ao nível central como local.

“Precisamos de consolidar os passos para a frente e reduzir a

caminhada para trás”, concluiu a Professora Nhampule, num apelo à acção e à responsabilidade colectiva.

O Terreno Comum encerrou com a promessa de continuar a promover espaços de diálogo, contribuindo para que Moçambique se torne um lugar seguro para o exercício pleno da cidadania.

PODERES PRESIDENCIAIS EM MOÇAMBIQUE: EXCESSIVOS OU NÃO?”

Poderes Presidenciais em Moçambique: Excessivos ou não país?, foi o tema de fundo da primeira edição do Terreno Comum re-

alizado virtualmente no dia 23 de Julho de 2025.

Com cerca de 80 participantes, o debate oradores, Tomás Vieira Mário e Gabriel Muthisse,

sob moderação do académico Elísio Macamo.

O Terreno Comum é um dos três instrumentos propostos pelo Manifesto Cidadão para

fomentar o diálogo político inclusivo. Ao lado do Conselho Cidadão e da Oficina de Ideias, este modelo de debate privilegia a escuta de difer-

entes sensibilidades, com o objectivo de encontrar consensos que possam fortalecer o sistema político.

Duas visões sobre o presidencialismo

Tomás Vieira Mário, jornalista e jurista, defendeu que o sistema presidencialista moçambicano concentra excessivamente o poder na figura do Presidente da República.

“O Presidente nomeia altos magistrados, não é interpelado pelo Parlamento e interfere em instituições que deveriam ser independentes”, afirmou. Propôs que a nomeação de juizes e reitores universitários seja feita entre pares ou pelo Parlamento, e sugeriu a reforma do sistema eleitoral com listas abertas.



Tomás Vieira Mário - Jornalista e Jurista



Gabriel Muthisse - Economista

Gabriel Muthisse, economista e antigo governante, apresentou uma visão oposta. Para ele, o presidencialismo é legítimo por resultar do voto directo dos cidadãos. “O problema não está no modelo, mas na fragilidade das instituições”, disse. Muthisse alertou que, num contexto institucional fraco, qualquer sistema — presidencialista ou parlamentarista — pode gerar concentração de poder. Defendeu maior autonomia universitária, mas considerou legítima alguma interferência política na nomeação de juizes.

Contributos do público ampliam debate sobre sistema presidencialista

As intervenções da plateia foram incisivas, com críticas construtivas que enriqueceram o debate sobre. Entre sugestões de reforma institucional, apelos à criação de modelos próprios e chamadas à responsabilidade política, o público demonstrou que a cidadania activa é essencial para repensar o futuro do sistema político moçambicano. José Jaime Macuane defendeu a necessidade de inovação institucional, sugerindo que a nomeação de juizes poderia ser substituída por eleições entre

pares ou até por sufrágio directo, como já acontece em alguns estados dos EUA e, mais recentemente, no México. Sublinhou que as instituições actuais são fruto de escolhas e que é possível repensá-las à luz da realidade moçambicana.

Carlos Mondlane questionou a pertinência de referências externas como os modelos dos EUA ou do México, defendendo que Moçambique deve criar os seus próprios modelos institucionais, adaptados à sua história e

contexto. Propôs que os juizes sejam escolhidos por colégios de pares, garantindo maior imparcialidade.

Samuel Caminete destacou o desalinhamento entre os objetivos da sociedade e os do governo como uma das principais causas dos problemas actuais. Sublinhou que o sistema, quando bem aplicado, é funcional, mas que falta alinhamento de prioridades e responsabilidade institucional.

Ramalho Licoloma alertou para

o risco de se discutir reformas sem garantir mecanismos de prestação de contas. Citando o livro *O País Irreal*, do Professor Elísio Macamo, defendeu que qualquer sistema — presidencialista ou parlamentarista — só será eficaz se os seus actores forem responsabilizados perante o povo.

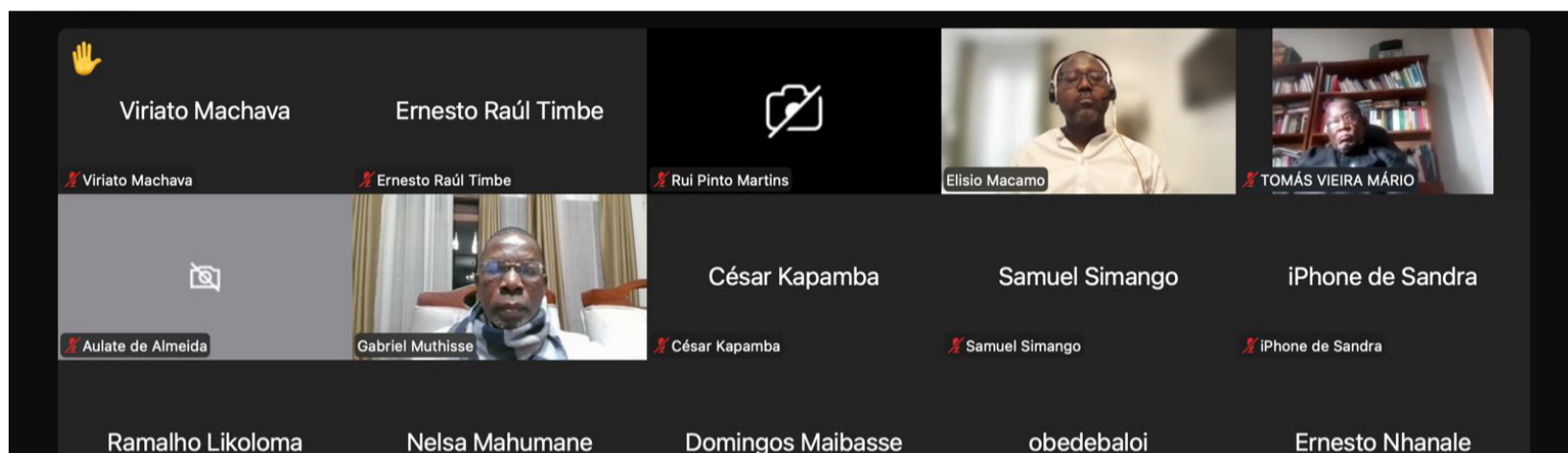
Eduardo Ficher reforçou a ideia de que o essencial não é o modelo em si, mas a existência de uma estrutura funcional e responsável. Defendeu que a prestação de

contas deve ser transversal a todos os níveis da administração pública e da sociedade.

Ernesto Nhanale sugeriu que o debate fosse alargado para além da questão dos poderes presidenciais, propondo uma reflexão mais ampla sobre qual o sistema político mais adequado para Moçambique. Propôs que este tema seja abordado numa futura sessão do Terreno Comum ou numa Oficina de Ideias.

Consensos e divergências

Apesar das diferenças, houve consenso sobre a necessidade de reforçar o Parlamento e democratizar os partidos políticos. Persistem divergências quanto ao grau de interferência política aceitável na nomeação de magistrados. A discussão revelou a urgência de adaptar os modelos institucionais à realidade nacional, promovendo inovação e soberania institucional.



TERRA EM DISPUTA: ENTRE A SOBERANIA DO ESTADO E OS DIREITOS COMUNITÁRIOS

O debate sobre o Direito do Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) continua a ser um dos temas mais sensíveis da agenda política e social do país. No Terreno Comum, realizado no dia 07 de Julho, em Lichinga, representantes de organizações da sociedade civil, líderes comunitários, académicos, funcionários públicos e activistas reuniram-se para discutir, de forma aberta e plural, a quem deve pertencer a terra: ao Estado ou às comunidades?

A discussão, marcada por uma impressionante densidade argumentativa e por testemunhos comoventes, expõe a complexidade do tema e a urgência de se repensar os modelos de governação fundiária à luz dos desafios contemporâneos. A Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro, estabelece que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada. O DUAT pode ser adquirido por cidadãos moçambicanos, individualmente ou em comunidade, por ocupação segundo normas e práticas costumeiras, ou por autorização do Estado.

A lei reconhece expressamente os direitos das comunidades locais, permitindo-lhes adquirir o DUAT



com base na ocupação tradicional, mesmo sem título formal. No entanto, a ausência de titulação tem sido uma das principais causas de conflitos e insegurança jurídica.

Desde 2020, o Governo moçambicano tem conduzido um processo de revisão da Política Nacional de Terras e da própria Lei de Terras. A nova proposta, ainda em discussão, visa tornar o quadro legal mais robusto, previsível e adaptado aos desafios actuais, como o crescimento urbano, os megaprojectos e as mudanças climáticas.

Entre as principais inovações do an-

teprojecto destacam-se: a elevação do DUAT a direito humano básico e patrimonial, a protecção reforçada dos direitos das mulheres à terra, a clarificação do conceito de “propriedade do Estado”, a vedação de práticas que conduzam à privatização encoberta ou à exclusão de comunidades.

O Presidente da República, Daniel Chapo, sublinhou recentemente que “a terra é de todos nós como cidadãos moçambicanos, e pertence ao povo moçambicano”, apelando à participação activa da sociedade civ-

il no processo de revisão. Durante o debate, a maioria dos participantes defendeu que a terra deve pertencer às comunidades. Camacho, um dos primeiros a intervir, afirmou:

“A terra deve pertencer à comunidade, mas com o Estado a funcionar como mediador. O Estado não deve ser dono, mas sim regulador, garantindo o ordenamento e a compensação justa quando necessário.” Alifa Aidi, coordenador da União Provincial de Camponeses do Niassa, reforçou: “Não podemos continuar a tratar as

comunidades como terceiros. O Estado somos todos nós. A terra é de todos, mas as comunidades devem ter voz activa na sua gestão.”

Outros participantes relataram casos de expropriação injusta, como o de uma família em Pebane, que perdeu a sua machamba após a descoberta de pedras preciosas. O governo cercou o local e proibiu o acesso, apesar da ocupação tradicional.

Funcionários públicos e representantes do Estado defenderam a manutenção da terra como propriedade estatal.

“A terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida. O Estado deve zelar por todos, incluindo as comunidades.” Declarou um funcionário público.

Outro participante acrescentou: “Se a terra for totalmente entregue às comunidades, corremos o risco de fragmentar o território nacional. A integridade territorial é um princípio constitucional.”

O argumento central é que a titularidade estatal garante a integridade territorial e evita a fragmentação do país. No entanto, reconhece-se a necessidade de melhorar os mecanismos de participação e compen-

sação. Guy Francisco, da organização WeEffect, propôs um modelo de responsabilidade social corporativa: “As comunidades devem ser parceiras nos projectos de exploração, não apenas beneficiárias passivas. Em alguns países, como a África do Sul, as comunidades recebem uma percentagem dos lucros das empresas.”

Este modelo foi amplamente apoiado como uma forma de garantir justiça social e económica nas zonas de exploração de recursos.

Apesar das divergências, o debate culminou na identificação de pontos de convergência:

1. O Estado deve actuar como regulador e não como proprietário absoluto.

2. As comunidades devem participar activamente na elaboração e fiscalização das políticas fundiárias.

3. A responsabilidade social deve ser transformada em parceria efectiva.

4. Os benefícios da exploração de recursos devem ser partilhados de forma justa e transpar-

ente.

5. É essencial investir na educação e sensibilização das comunidades sobre os seus direitos.

O encontro em Lichinga demonstrou que a terra continua a ser um tema de identidade, justiça e desenvolvimento. A revisão da Lei de Terras representa uma oportunidade

histórica para construir um modelo de governação fundiária mais justo, inclusivo e sustentável.

Como afirmou Nelsa Mahumane, representante da organização promotora do evento.

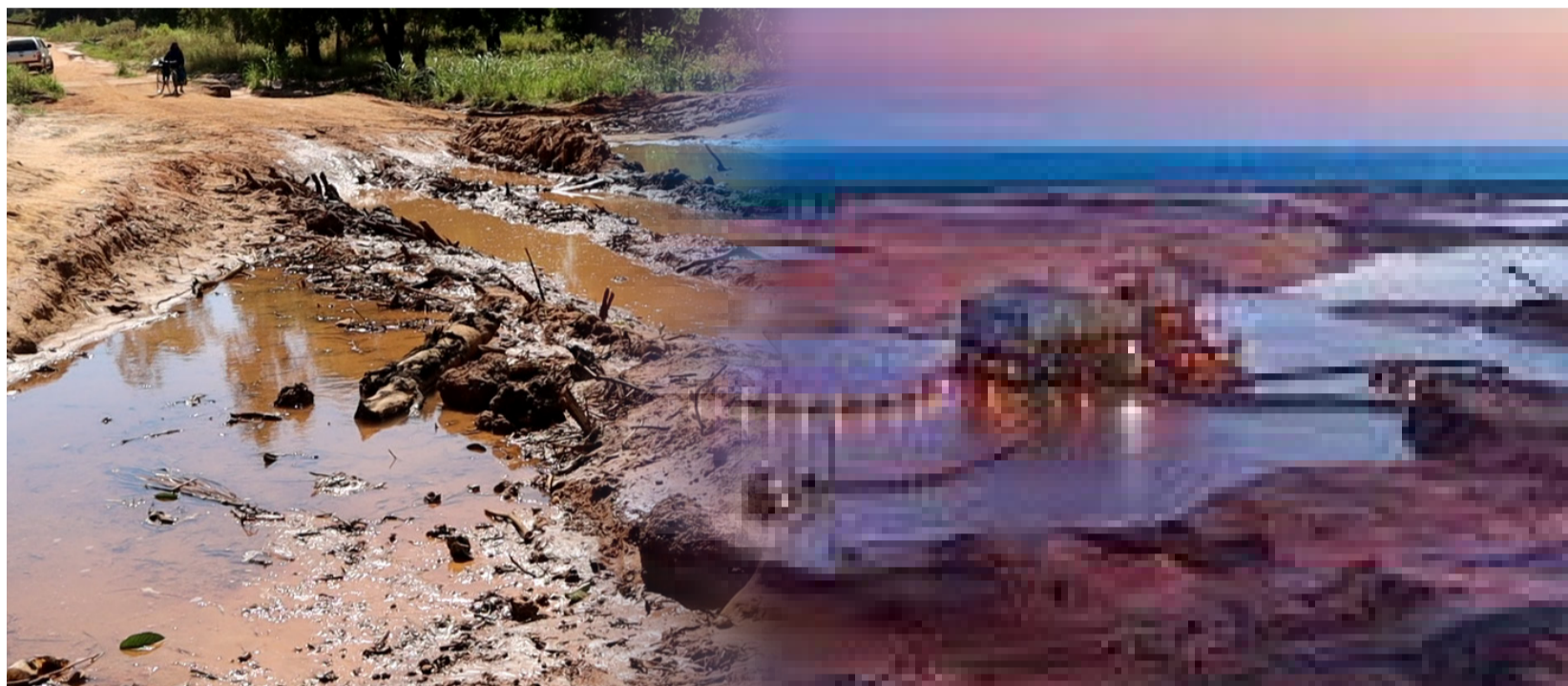
“A cidadania constrói-se com participação. A terra é o nosso chão comum. É preciso garantir que todos tenham voz e vez na sua gestão.”

MOMA: BENEFÍCIOS DOS RECURSOS MINERAIS AINDA LONGE DAS COMUNIDADES LOCAIS

Apesar de possuir uma das maiores reservas de areias pesadas do mundo, o distrito de Moma, na província de Nampula, continua a enfrentar problemas estruturais graves. Desde 2007, a Kenmare Resources PLC explora, naquele distrito, o maior depósito de minerais de titânio do mundo. Por sua vez, a empresa chinesa Haiyu Mining também opera na região desde 2011. No entanto, os benefícios da exploração ainda não chegam às comunidades locais.

O manifesto Cidadão escalou o distrito de Moma, onde realizou um Conselho e Café Cidadão com os residentes e as autoridades locais, respectivamente. A realidade constatada é que a exploração mineira em Moma não se tem traduzido em desenvolvimento local. Os residentes enfrentam problemas básicos, com destaque para a degradação das estradas, o que compromete a mobilidade de pessoas, bens e produtos agrícolas, ausência de serviços básicos de saúde e educação e problemas de emprego.

“Prometeram-nos os 2.75. A comunidade fez o seu plano, definiu as prioridades, mas quando vamos lá



ver o sistema, já não tem dinheiro”, lamenta Juvenato Bernardo, Director Distrital de Planeamento e Infraestruturas.

O maior clamor dos moradores de Moma é pela melhoria das estradas. A principal via que liga Moma à cidade de Nampula encontra-se em avançado estado de degradação, dificultando o transporte de pessoas

e bens.

“A questão de transporte e degradação das vias de acesso, para nós, naturais de Moma, é um caso muito sério. Nós já estamos no limite. A estrada contribui negativamente para o custo de vida das nossas populações”, reforça Francisco Armando, um dos participantes do Conselho Cidadão

Felizarda Saide, residente de Moma

há mais de 20 anos, destaca o impacto negativo na economia local.

“Você leva produtos de Moma para Nampula, eles apodrecem pelo caminho. Chegam lá sem valor. Você já está quebrado e sem rendimento nenhum.”

O impacto negativo da degradação das estradas faz-se sentir com maior força no sector dos transportes.

“Os poucos transportes que se fazem

à cidade, no regresso, têm de fazer manutenção ou...param”, diz Juvenato Bernardo, Director Distrital de Planeamento e Infraestruturas.

Segundo participantes, o problema arrasta-se há mais de cinco anos. António José Massimo, professor e residente no distrito há 16 anos, recorda de tentativas de manutenção:

“Já houve placas a dizer manutenção de estradas, mas nada avançou.”

Autoridades locais sem solução à vista



Juma Assane, Administrador Interino de Moma

O grito de socorro vem também das autoridades locais, de quem se espera soluções. “Nós pedimos ajuda, porque nem o governo do Distrito de Moma vai conseguir resolver a situação da estrada” desabafou Cacilda Guimarães da Costa Mmade, Chefe do Posto Administrativo de Moma Sede.

O governo de Moma afirma já ter

reportado a situação às autoridades provinciais e centrais, várias vezes, porém, não obteve ainda uma resposta satisfatória.

“Acredito que há-de haver uma resposta satisfatória. Pode não ser neste ano, mas temos fé que essa situação vai ter uma solução”, declarou o administrador interino de Moma, Juma Cateria Assane.

Nas unidades sanitárias, o retrato também é sombrio. Denúncias de mau atendimento, negligência médica e cobranças ilícitas são recorrentes.

“É possível chegar um paciente enquanto o médico está aí sentado a mexer no telefone”, revela Lucas Camilo Vilela, morador de Moma.

Felizarda Saide foi mais explícita, relatando casos de mau atendimento numa unidade sanitária em Moma, quando teve um aborto espontâneo de dois meses. “Cheguei doente e fui mandada para casa com dores”, disse.

Porque as dores não paravam, voltou ao hospital no dia seguinte e foi exigida um valor de 500 meticais. Em primeira instância, fingiu ter o valor para ser atendida.

“Como eu, na verdade, estava com dor, disse que tinha o dinheiro. Então o médico começou o tratamento, acreditando que eu pagaria os 500 meticais. Mas, depois de ser atendida, revelei que só tinha 200 meticais”. Felizarda não denunciou o caso, pois perdeu credibilidade nos



Felizarda Saide - Moradora de Moma

mecanismos de denúncia.

Os Moradores exigem mecanismos eficazes de denúncia e punições exemplares para evitar a repetição desses casos. Também pedem a construção de uma casa de mãe-espere, para garantir melhores condições às mulheres grávidas que precisam de cuidados especiais.

Na educação, o cenário é igualmente preocupante. Comunidades apon-

nas aulas, falta de salas e um ensino de baixa qualidade. Além disso, participantes afirma que Moma não dispõe de centros de formação profissional, o que limita gravemente as oportunidades de emprego para os jovens locais.

Enquanto os problemas estruturais de Moma não se resolvem, os moradores continuam à espera de ver sua terra rica em recursos também transformada em oportunidades.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM DEBATE: VOZES DE NIPEPE REIVINDICAM ESPAÇO NA TOMADA DE DECISÃO



Realizou-se no distrito de Ni-pepe, província do Niassa, mais uma sessão do Conselho Cidadão e Café Cidadão, com o objectivo de auscultar e ouvir as

comunidades sobre os problemas locais. O encontro reuniu jovens, líderes comunitários, representantes de organizações da sociedade civil e membros do governo local, num

espaço de escuta e diálogo franco sobre os desafios enfrentados pelas comunidades locais, como parte da estratégia do Manifesto para promover a cidadania activa.

A abertura do encontro foi marcada por uma pergunta simples: “Qual é a diferença entre estar presente e participar?”

Foi a partir dessa provocação que começaram a se levantar vozes como a de Sérgio Avelino Almério. “Estar presente é estar sentado, sem dizer nada. Participar é contribuir com ideias”, rematou.

E as mulheres não ficaram para trás, Tânia Ernesto António, foi a pioneira. “Participar é estar envolvido, contribuir com questões e propostas. Estar só sentada é estar presente, não é participar”, disse.

Com base na Constituição da República de Moçambique, nos artigos 48, 52 e 53 e na Lei do Direito à In-

formação, os facilitadores lembraram que a participação é um direito, não um favor. Contudo, o cenário descrito pelos participantes revela uma realidade diferente desse ideal. Caixas de reclamação colocadas em locais isolados, convocatórias pouco transparentes para reuniões e ausência de documentos preparatórios são apenas alguns dos problemas relatados. Jovens denunciam serem chamados apenas para eventos partidários, enquanto líderes locais admitem a exclusão de vozes dissidentes.

“Sem saber do que se trata, não é possível dar uma opinião. É preciso ser convidado e informado”, disse Olinda Beck, resumindo um sentimento generalizado entre os presentes.

Vozes com Propostas, Não Apenas Queixas

A sessão foi dividida em grupos de trabalho, onde os participantes trouxeram preocupações concretas: falta de água potável, desemprego juvenil, escolas com poucos recursos, postos de saúde sem medicamentos, mas mais do que reclamar, os grupos apresentaram soluções.

Entre as propostas surgiram ideias como a de criação de comités de gestão de recursos naturais, utilização de rádios comunitárias, igrejas e líderes religiosos para mobilizar os cidadãos, antecedência e clareza na divulgação das reuniões, critérios transparentes de selecção para garantir representatividade de jovens, mulheres e pessoas com deficiência.

O director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestrutura, Gervásio Raithone, elogiou a iniciativa e assumiu o compromisso do governo em abrir mais espaço à escuta:

“Precisamos envolver todas as camadas sociais para acompanhar o desenvolvimento. O governo está aberto à inclusão.”

Contudo, também foram apontadas



dificuldades logísticas e orçamentais que dificultam uma participação mais alargada e efectiva.

A representante da iniciativa Manifesto Cidadão, Nelsa Mahumane, fez questão de sublinhar a natureza apartidária do encontro.

“Nós não estamos aqui para dis-

cutir política partidária, mas para auscultar a comunidade local sobre questões de governação que afectam o seu quotidiano. É através da participação que se pode influenciar políticas públicas e melhorar a qualidade dos serviços prestados. A cidadania constrói-se na governação local.”

Ao final do dia, o que sucedeu em Ni-pepe não foi apenas um debate, mas uma semente de cidadania activa. O encontro deixou claro que, para além da presença física, é preciso garantir a escuta efectiva das comunidades e o seu envolvimento real na governação local.

Nelsa Mahumane acrescentou que,

caso os planos sejam cumpridos, Ni-pepe poderá tornar-se um exemplo de como as comunidades rurais podem não só reivindicar os seus direitos, mas também identificar soluções para os seus próprios problemas, com envolvimento activo da população.

Ficha Técnica

Projecto Gráfico: Domingos Maibasse

Redacção: Domingos Maibasse, Ernesto Timbe e Nelsa Mahumane

Coordenação: Egídio Chaimite

Edição: Tomás Vieira Mário

Iniciativa:

Apoio:



Siga-nos



“Se queremos uma democracia real, precisamos de uma revisão profunda do sistema eleitoral”

A iniciativa Manifesto Cidadão realizou uma oficina de ideias, a 07 de Julho, na Cidade de Lichinga, província do Niassa, reunindo diferentes vozes da sociedade civil para reflectir sobre os desafios da consolidação democrática no país. O encontro, marcado por intervenções francas e críticas, mostrou um sentimento colectivo de frustração com os limites da democracia actual e uma vontade clara de transformação. Para além de um debate, em Lichinga, fez apelos à acção. Moçambique é classificado como uma “democracia híbrida” por instituições como a The Economist Intelligence Unit e a Freedom House. Esta designação refere-se a sistemas políticos que combinam elementos democráticos, como eleições com práticas autoritárias, como restrições à liberdade de imprensa, repressão à dissonância e falta de independência institucional.

Durante a oficina, foi destacado que o país tem recuado nos rankings internacionais de liberdade e democracia. Entre 2002 e 2024, Moçambique passou de um país “parcialmente livre” para um país “quase sem liberdade”. A comparação com a Etiópia, feita por um dos participantes, causou inquietação. “Estamos a regredir em vez de avançar”, alertou um participante, sublinhando que eleições regulares não são suficientes para garantir uma democracia funcional

A exclusão política foi um dos temas mais debatidos. Esmeralda da Costa, da Associação Despertar Águia Feminina, questionou a própria definição de cidadania no contexto moçambicano. “A maioria dos moçambicanos nem cidadãos são”, afirmou. Para ela, ser cidadão implica participar activamente na vida política, influenciar decisões e ver as suas ideias reflectidas nas políticas públicas — algo que ainda está longe de ser realidade.

A distinção entre “povo” e “cidadão” foi usada para ilustrar a desigualdade no acesso aos espaços de participação e poder. “Há cidadãos exclusivos e há o povo. E o povo, na maioria das vezes, não decide nada”, disse Esmeralda. A ausência de mecanismos de retorno e responsabilização por parte das autoridades foi apontada como um dos principais obstáculos à cidadania plena.

A precarização da educação foi identificada como um dos maiores entraves à consolidação democrática. “Como é que podemos falar de democracia à uma população que não sabe o que isso significa?”, questionou uma participante. A falta de educação cívica e política impede que os cidadãos compreendam os seus direitos e deveres, tornando-os vulneráveis à manipulação e à exclusão.



Além disso, a comunicação institucional é selectiva. “Durante as campanhas eleitorais, o governo mobiliza todos os meios para informar o povo. Mas depois das eleições, o silêncio é total”, criticou uma activista. A informação, quando existe, é instrumentalizada para fins eleitorais, e não para promover uma cidadania activa e informada.

A confiança nos processos eleitorais foi duramente criticada. António Omar resumiu o sentimento geral ao afirmar: “Não é possível o jogador ser também o árbitro.” A falta de independência dos órgãos eleitorais, as denúncias recorrentes de fraude e a ausência de mecanismos de auditoria eficazes comprometem a legitimidade das eleições. “Se queremos uma democracia real, precisamos de uma revisão profunda do sistema eleitoral”, defendeu Omar. A proposta de observar modelos de outros países africanos, onde os processos são mais transparentes e pacíficos, foi bem recebida pelos participantes.

Sabrin Dixon, activista pelos direitos das pessoas com deficiência, apresentou uma crítica contundente sobre a exclusão desta camada da população. “Incluir não é só trazer alguém para estar presente. É garantir que essa pessoa possa participar e influenciar”, afirmou. Denunciou a falta de acessibilidade nos locais de votação e a ausência de materiais em braille como exemplos de uma democracia que ainda não contempla todos os cidadãos.

A proposta de criar boletins de voto acessíveis e garantir representação efectiva de pessoas com deficiência nos espaços de decisão foi recebida com aplausos. “A inclusão não pode

ser simbólica. Tem que ser prática e transformadora”, concluiu.

A proliferação de organizações da sociedade civil com objectivos semelhantes, mas sem coordenação, foi apontada como um problema estrutural. “Estamos a gastar recursos em estruturas paralelas, quando devíamos estar a consolidar es-

social. “Podemos mudar o sistema político, mas se os actores forem os mesmos, com os mesmos interesses pessoais, nada mudará.”

A crítica à elite política foi clara: “Estamos a criar milionários num país onde a maioria vive na pobreza extrema.” A proposta de priorizar o

criar as condições mínimas para o exercício da cidadania.

A oficina de Lichinga mostrou que a democracia moçambicana está longe de ser consolidada, mas também uma reforça a existência de uma sociedade civil vibrante, crítica e comprometida com a mudança. Como afirmou o professor Maloa, “a



forços”, alertou Dixon.

A falta de articulação enfraquece a capacidade de pressão e de monitoria das políticas públicas.

Foi sugerida a criação de mecanismos de cobrança e responsabilização, bem como a inclusão de representantes da sociedade civil na Assembleia da República.

“Precisamos de uma quota para a sociedade civil no parlamento. Só assim poderemos influenciar de dentro”, defendeu um participante. Salvador, outro participante, foi directo: “Como falar de valores democráticos a um cidadão faminto?” Para ele, a democracia só será consolidada quando for acompanhada de desenvolvimento económico, acesso à educação, saúde e justiça

desenvolvimento local, com foco na agricultura, educação e infra-estruturas, foi vista como essencial para

democracia é a criação de direitos, e os direitos não são dados, são conquistados.”

